

## Fachin recua e manobra para reduzir condenações de Cabral naufraga

A manobra para diminuir as penas que somam 342 anos de prisão do ex-governador Sérgio Cabral perdeu força. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, que inicialmente havia acenado com sinal verde para o delegado Bernardo Guidali Amaral investigar o ministro Dias Toffoli, recuou. O pedido tinha como base relatos já desmentidos do ex-governador do Rio de Janeiro em delação premiada.

"[Determino] que a autoridade policial se abstenha de tomar qualquer providência ou promover qualquer diligência direta ou indiretamente inserida ou em conexão ao âmbito da colaboração premiada em tela até que se ultime o julgamento antes mencionado", escreveu o ministro na decisão.

Antônio Cruz/ Agência Brasil



Pedido de investigação baseado exclusivamente em delação de Cabral provocou manifestação dura da PGR  
Antônio Cruz/ Agência Brasil

O requerimento foi duramente criticado pela comunidade jurídica e provocou [nova manifestação](#) da Procuradoria-Geral da República nesta sexta-feira (14/5). A tentativa da PF de ajudar Cabral, pouco depois de ter se empenhado para ajudar Antonio Palocci — também delação fraudada — fez com que o STF passasse a reexaminar a autorização para que delegados possam celebrar acordos de delação.

Em petição assinada pelo vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, a PGR [sustenta](#) que a delação de Sérgio Cabral dá mostras de "falta de boa-fé e de lealdade ao apresentar, mais de um ano após a homologação de seu acordo, os novos relatos que a PF denominou de narrativas complementares". "O método adotado permite o surgimento de novas narrativas quando o colaborador julgar oportuno."

Na última quarta-feira (12/5), Fachin [marcou](#) o julgamento de [embargos de declaração](#) apresentados pela Procuradoria-Geral da República contra a homologação do acordo de delação premiada do ex-governador. O caso será julgado na sessão do Plenário virtual que começa em 21 de maio e vai até o dia 28 deste mês. Nesse período, os ministros têm de incluir seus posicionamentos no sistema.

O responsável pelo pedido de investigação de Toffoli se notabilizou por ser um dos principais aliados do ex-ministro da Justiça Sergio Moro. O delegado da PF já pediu, em 2014, a prisão temporária da ex-presidente Dilma Rousseff, do ex-ministro Guido Mantega e do senador Eunício Oliveira (MDB-CE), ~~então presidente do Senado. Os três teriam supostamente cometido crimes cinco anos antes, nos idos de 2009~~



Para especialistas [ouvidos](#) pela **ConJur**, não há nada que justifique a abertura do inquérito contra Toffoli.

**PET 8.482**

**Date Created**

14/05/2021